

APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA ESTRUTURA DA FRASE

Telmo Correia ARRAIS*

RESUMO: Neste trabalho se esboça uma crítica às concepções correntes nos estudos da frase, apontando-se as dificuldades de delimitação dos componentes, as inadequações dos níveis estruturais e as controvérsias de questões como criatividade, primazia da sintaxe e universalidade. Descarta-se a identificação das estruturas conceptuais com as representações semânticas, ressaltando-se o papel da codificação na determinação da forma em que as estruturas conceptuais devem ser moldadas na manifestação lingüística. Enfim, destaca-se a relevância da "perspectiva" na estruturação da frase e a semântica como componente básico da gramática.

UNITERMOS: Componentes fonológico, sintático e semântico; pragmática; estrutura profunda; estrutura de superfície; transitividade; sujeito; objeto; traços semânticos; restrições seletivas; inserção lexical; criatividade; universalidade; representação semântica; estrutura conceptual; codificação.

1. OS COMPONENTES ESTRUTURAIS DA FRASE: DIFICULDADES DE DELIMITAÇÃO

Distinguem-se comumente, pelo menos nas várias versões da escola gerativista, três componentes estruturais na análise de frases: o fonológico, o sintático e o semântico**.

Do ponto de vista do componente fonológico, a frase constitui-se de uma seqüência de fonemas mais um certo número de traços suprasegmentais que a ela se sobrepõe. Assim, há na língua um conjunto limitado de padrões de acento e de entonação, cabendo ao emissor escolher um desses padrões ao usar uma frase em sua língua oral. Admite-se comumente a possibilidade de que a mesma seqüência possa apresentar vários padrões prosódicos diferentes, sem que o analista sinta necessidade de justificar metodologicamente a decisão de tomá-la como uma única frase.

Bem mais embaraçoso é tentar definir a estrutura sintática de uma frase, já que qualquer conceituação envolve controvérsias teóricas de natureza variada. É que o limite entre sintaxe e semântica, na estruturação da frase, tem sido, até hoje, assunto de disputa entre diferentes correntes de pensamento lingüístico. Observe-se que os lingüistas nunca sentiram o mesmo tipo de problema ao traçar a distinção entre fonologia e sintaxe. Conforme argumenta Lyons (21, p. 375), poder-se-ia, em princípio, mudar a estrutura fonológica de cada palavra numa língua

* Departamento de Lingüística – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

** Na verdade, esses três componentes são comumente apresentados, nos textos de teoria gerativa, como estruturadores da gramática. Entretanto, como a função primordial da gramática é descrever todas as frases de uma língua, por meio de um conjunto de regras que permitem formar e explicar todas as frases percebidas como gramaticais pelo falante dessa língua, estudo gramatical e estudo da frase acabam por confundir-se. Daí serem plasmados na frase os mesmos componentes atribuídos à gramática.

sem afetar de qualquer modo a distribuição das palavras resultantes nas frases da língua ou o significado dessas frases. O que não se pode fazer é mudar a distribuição de todas as palavras na estruturação da frase numa língua, mantendo constante o significado de cada lexema ou mudar o significado dos lexemas sem afetar sua distribuição na frase. A conclusão teórica daí decorrente é que há uma relação intrínseca entre o significado das palavras e sua distribuição na frase; e, por essa razão, torna-se difícil traçar um limite entre sintaxe e semântica.

Mas ainda não definimos a estrutura sintática de uma frase. Provisoriamente, podemos pensar na estrutura sintática, conforme sugere Lyons (21, p. 375-6), como constituída de um conjunto de regras responsáveis pela distribuição das palavras na frase, em termos das combinações possíveis de classes de palavras. Observe-se que tal postura nada diz quanto à natureza das regras, como também não esclarece se elas implicam o significado dos lexemas. Apenas estabelece que uma frase sintaticamente aceitável é uma cadeia de palavras que satisfaz as duas seguintes condições: (1) cada uma das palavras é um membro de uma classe de palavras; (2) as palavras ocorrem em posições definidas como aceitáveis para as classes das quais elas são membros. Dessa forma, pode-se dizer que *o* é membro da classe dos Artigos; *garoto* é um membro da classe dos Nomes; *chegar*, um membro da classe dos Verbos e *tarde*, um membro da classe dos Advérbios; e que as regras sintáticas do português definem como possível a seguinte cadeia de classes

Art + N + V + Adv

como um frase sintaticamente bem formada.

Com certeza, não estamos diante de toda a informação necessária para gerar a frase portuguesa com aquela seqüência de lexemas. Nada se disse, por exemplo, quanto ao número de garotos, nem quanto ao tempo em que decorre a ação, ou ainda quanto ao aspecto perfectivo ou imperfectivo do processo verbal. Ao verbo faltou alguma referência quanto à transitividade, pois só os chamados intransitivos poderiam entrar nesse tipo de estrutura frásica. Conforme fossem precisadas tais informações, poderíamos ter frases como:

- (1) O garoto chega tarde.
- (2) Os garotos chegam tarde.
- (3) Os garotos chegaram tarde.
- (4) Os garotos chegariam tarde.
- (5) O garoto chegará tarde.

Por outro lado, não se fez menção à natureza da modalidade frasal, se declarativa, interrogativa, imperativa ou desiderativa, de que poderiam resultar frases como:

- (6) Os garotos chegam tarde.
- (7) Os garotos chegam tarde?
- (8) Garotos, cheguem tarde.
- (9) Que cheguem tarde os garotos!

Enfim, um terceiro tipo de informação poderia revelar aspectos de natureza pragmática associados às possíveis emissões de uma frase básica com essa estrutura. Lembramos aqui o caso típico em que o falante assume que parte da informação que ele está transmitindo é nova para o ouvinte. Pode-se ter, portanto, numa frase, oposição entre informação nova e velha, modernamente rotulada com os termos *tópico/comentário* ou *tema/rema*. Daí as diferenças percebidas entre as frases (10) e (11), e entre (12) e (13):

- (10) O garoto, ele chegará tarde.
- (11) Chegará tarde, o garoto.

- (12) Mário chorou.
 (13) Mário chorou*.

As frases (10) e (11) devem pressupor diferentes indagações prévias por parte do interlocutor: "Onde está o garoto?" pode ser a interrogação que pressupõe a frase (10) (na qual *garoto* é, portanto, a informação velha) e "Qual deles vai chegar tarde?" pode ser a que pressupõe (11) (na qual *chegará tarde* é a informação velha). O fato novo transmitido em (12) é que Mário, personagem conhecida dos interlocutores, chorou, fato que surpreende os interlocutores; já (13) assinala que foi Mário quem chorou, e não nenhuma outra personalidade conhecida dos interlocutores. Certamente, nessas quatro frases, reconhecem-se diferentes padrões enfáticos de acento ou certas pausas demarcadoras, que realçam o fato novo assim destacado.

Deve haver, portanto, alguma correlação entre estruturas frásicas, tipos de significado e função situacional. Com isso queremos dizer que só para fins metodológicos se pode separar a estrutura sintática da estrutura semântica e pragmática da frase. Se se toma a frase como unidade mínima de comunicação, elemento virtual da relação sentido-referência, cabe ao lingüista determinar as condições de sua tríplice adequação à realidade circundante – mental (semântica), física (pragmática) e operativa (sintática).

A estrutura frásica apresenta, pois, complexidade bem maior do que pode parecer à primeira vista. Primeiramente, porque não se reduzem tão-somente a três os componentes estruturais na análise da frase: ao fonológico, sintático e semântico há de se acrescentar o pragmático**. Em segundo lugar, porque há de se pensar na inter-relação desses componentes, como também na possível hegemonia de um deles sobre os demais.

A gramática gerativa, preocupada em formular as leis gerais do funcionamento da linguagem, chegou a postular a centralidade da sintaxe como premissa para toda investigação dos sistemas lingüísticos. Mas essa posição privilegiada da sintaxe foi perdendo terreno com o rápido desenvolvimento da chamada semântica gerativa: a adequação lógica de uma teoria sintática só será possível se a estrutura profunda incorpora traços semânticos ou se se prescinde por completo da noção de 'estrutura profunda' e se parte diretamente de um estrato lógico-semântico.

A pragmática, por sua vez, sempre manteve estreito vínculo com a sintaxe e a semântica, em formas bem variadas: não só as circunstâncias do ato de comunicação são determinantes para o foco frasal, mas também a construção da frase está condicionada por situações abstratas ou concretas que acarretam a manifestação lingüística real. Por outro lado, é preciso levar em consideração a pragmática na hora de interpretar o sentido de uma frase. Enfim, que a linguagem condiciona as atuações do homem é uma verdade que se evidencia com mais intensidade a cada dia.

* A ênfase maior dada na fala a este ou àquele item é fundamental nesses exemplos e, à falta de melhor recurso, estamos assinalando aqui com um grifo a palavra em cuja sílaba tônica recai o acento mais forte e a entoação mais alta.

** Há autores, como López García (20, p. 9-15), que acrescentam ainda o plano ou componente lógico, o que aliás é comum entre os semanticistas gerativistas americanos (Cf. Lakoff, 18; McCawley, 22; Harman, 12). De nossa parte, não vemos como separar mais um componente que aparece integrado à sintaxe e à semântica. Há, como veremos no item 4 ("Estruturas conceptuais e Representações semânticas"), um plano conceptual ou cognitivo sobre o qual opera a codificação ou função semiótica, plano que deve ficar, portanto, fora da teoria da linguagem.

Se a íntima relação entre os planos sintático, semântico e pragmático é incontestável, cabe entretanto indagar se há algum tipo de evidência de que um deles ressalte em importância sobre os demais. Estudos psicolinguísticos relacionados à aprendizagem da língua, ao armazenamento e processamento da informação verbal e à representação do significado na memória, embora ainda pouco desenvolvidos, têm chegado a resultados que mostram a importância decisiva do significado nesses aspectos psicolinguísticos. Embora não se saiba, por exemplo, como o significado é representado na memória, há pesquisas que apontam para o fato de que os traços semânticos da frase desempenham papel importante na retenção dos comunicados linguísticos. Sem dúvida, na produção ou audição de uma frase, estrutura sintática e significado são como que verso e reverso de uma mesma moeda, já que este não se realiza sem aquela, o que, aliás, torna mais fácil retê-la na memória que o mesmo conjunto de palavras dispostas ao acaso. Mas uma frase é um pequeno elemento de discurso na comunicação real e, se lembrarmos algo dela de modo absoluto, lembramos antes seu sentido que sua sintaxe (Cf. Johnson-Laird, 14, p. 267 e segs.). Assim, a sintaxe, tão importante na transmissão de significados, passa a um plano secundário no processo de armazenamento do significado na memória. Segundo Johnson-Laird, tanto a retenção na memória quanto o esquecimento devem envolver antes os traços semânticos amalgamados em conceitos que os constituintes gramaticais ou palavras.

Há também alguma evidência psicológica, segundo Herbert Clark (7, p. 273-4), a sugerir que a compreensão de uma frase envolve o conhecimento das relações de estrutura profunda entre seus itens lexicais. Na produção da frase, por outro lado, o falante pode começar com uma caracterização semântica abstrata do que ele tenciona dizer, e daí construir uma estrutura de superfície conservando tal caracterização. A evidência psicológica comprovadora dessa visão provém de experimentos que exigem dos indivíduos que recordem frases apresentadas antes. O resultado típico é que as pessoas vêm a reconstruir as frases de outra forma, a partir de certos fragmentos da estrutura profunda e traços semânticos que retiveram da frase original, não de fragmentos da estrutura de superfície.

Assim, a posição da semântica em relação à sintaxe e à pragmática se revela central: o que o homem pensa, diz ou faz encontra sua conformidade precisamente no mundo do significado.

2. OS NÍVEIS ESTRUTURAIS DA FRASE: ALGUMAS INADEQUAÇÕES

A teoria linguística normalmente relaciona os componentes fonológico, sintático e semântico a determinados níveis de estrutura frásica. A relação entre componentes da linguagem e níveis estruturais, ou seja, a localização relativa de cada componente, é importante para aprofundar o problema da projeção do significado lexical no significado da frase e o problema da interdependência da sintaxe e semântica. Como é bastante controversa a relação entre sintaxe e semântica, comecemos por traçar uma visão crítica do modelo sintático de Chomsky nos *Aspectos**.

2.1. De acordo com o modelo desenvolvido nessa obra, cabe ao componente sintático caracterizar para cada frase uma *estrutura profunda*, que determina sua interpretação semântica, e uma estrutura de superfície, que determina sua interpretação fonética. A sintaxe é, pois, o componente central e básico, sendo os outros dois – semântico e fonológico – apenas compo-

* Por economia, sempre que nos referimos a *Aspectos*, temos em mente a obra de Noam Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax* (5).

nentes interpretativos. Mas o objetivo fundamental dos *Aspectos*, que se ocupa sobretudo do componente sintático, é reelaborar e desenvolver refinadamente os elementos fundamentais que constituem a estrutura profunda. Lembre-se de que o estabelecimento deste nível surgiu da consideração de como uma gramática deve ser formulada para apresentar formalmente os diversos tipos de informação (categorias, noções funcionais e traços sintáticos) numa descrição estrutural – essencial a todo o tratamento que responde ao modo como a língua é empregada ou adquirida – e explicar como tais descrições estruturais podem ser geradas por um sistema de regras explícitas. Chomsky argumenta que, enquanto as gramáticas que contêm apenas regras de estrutura sintagmática são em princípio capazes de descrever um conjunto infinito de frases de uma língua, há certas generalizações que tais gramáticas não podem captar (Cf. Chomsky, 5, p. 21 e segs.). Por exemplo, certas relações estruturais e funcionais ficam encobertas pela seqüência real dos itens lexicais na frase, como ilustra o par abaixo:

- (14) Prometo a Deus proteger esta família.
 (15) Peço a Deus proteger esta família.

Do ponto de vista da estrutura sintagmática, estas frases são idênticas na medida em que contêm um sintagma nominal sujeito (*Eu*, subentendido), um verbo principal, um sintagma preposicional objeto indireto e uma oração reduzida de infinitivo. Diferem, entretanto, quanto às relações estruturais entre esses elementos: na frase (15), o sintagma preposicional (*a Deus*) é entendido como o sujeito da frase infinitiva que o segue, o que não ocorre na frase (14), em que o sujeito da reduzida é o mesmo da principal (*Eu*).

Outra generalização difícil de captar numa gramática que apresenta apenas regras de estrutura sintagmática é a que diz respeito à transitividade. Tradicionalmente, os verbos transitivos têm sido descritos como verbos seguidos de um nome complemento direto. Daí afirmar-se que só as frases com verbo transitivo admitem transformação passiva. Em primeiro lugar, há de se observar que tal generalização pode não estar de acordo com a tradição gramatical desta ou daquela língua, como ocorre com o português. Nesta língua, a tradição gramatical tem associado a classificação de transitivo a todo verbo que exija complemento, seja ele direto, indireto ou de outro tipo. Daí a subclassificação em transitivo direto, indireto, etc., sendo que os do primeiro tipo podem admitir construção passiva. Mas, mesmo entre esses, há de se distinguir os pseudotransitivos ou 'médios', ou seja, aqueles que, embora seguidos de um complemento direto, não admitem transformação passiva: é o caso de *custar* ("Este material custa muito dinheiro"), *valer* ("A casa vale um bom preço"), *pesar* ("Isto pesa vinte quilos"; mas: "Eu pesei o feijão"/"O feijão foi pesado por mim"), *medir* ("A peça mede dois metros"; mas: "O agrimensor mediu as terras"/"As terras foram medidas pelo agrimensor"). Merece também reparo a afirmação de que "... são seguidos de um nome...", pois que pressupõe uma colocação fixa desse complemento, o que não se dá necessariamente, pelo menos no nível superficial da frase. Cf. em português a variação mais livre dos argumentos nas frases, como ilustram os exemplos em (16):

- (16) a. *Os alunos eu atendo sempre.*
 b. *Eu não o compreendo...*
 c. *Que alunos você relacionou?**

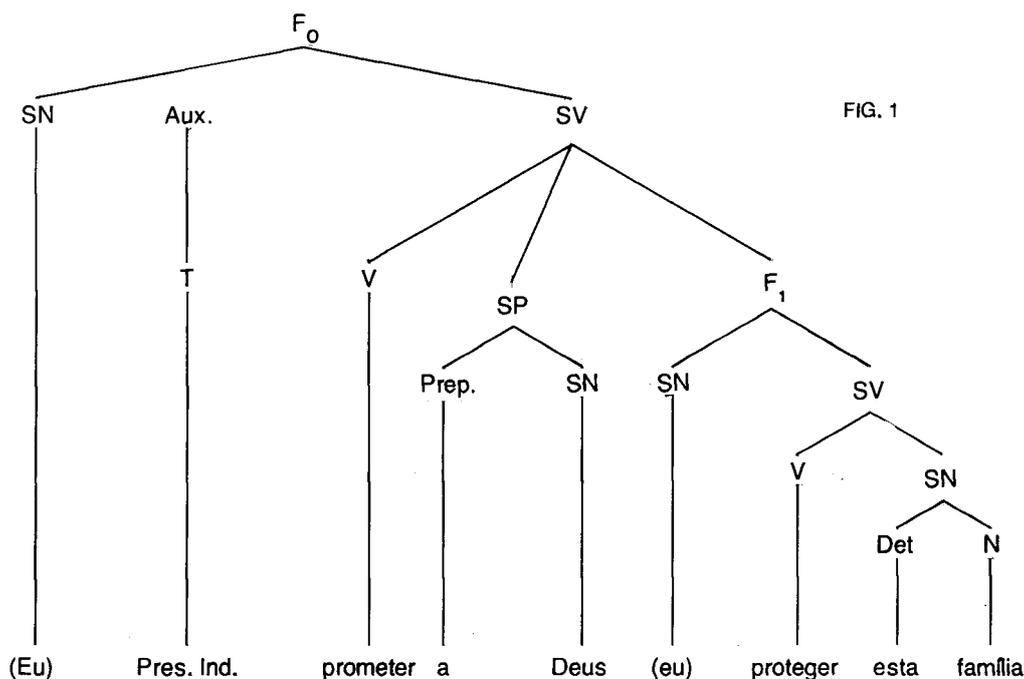
* Também na sintaxe de superfície do inglês, língua cuja ordem dos elementos na frase é bem mais fixa, observa-se a anteposição do objeto, especialmente em certas estruturas interrogativas:

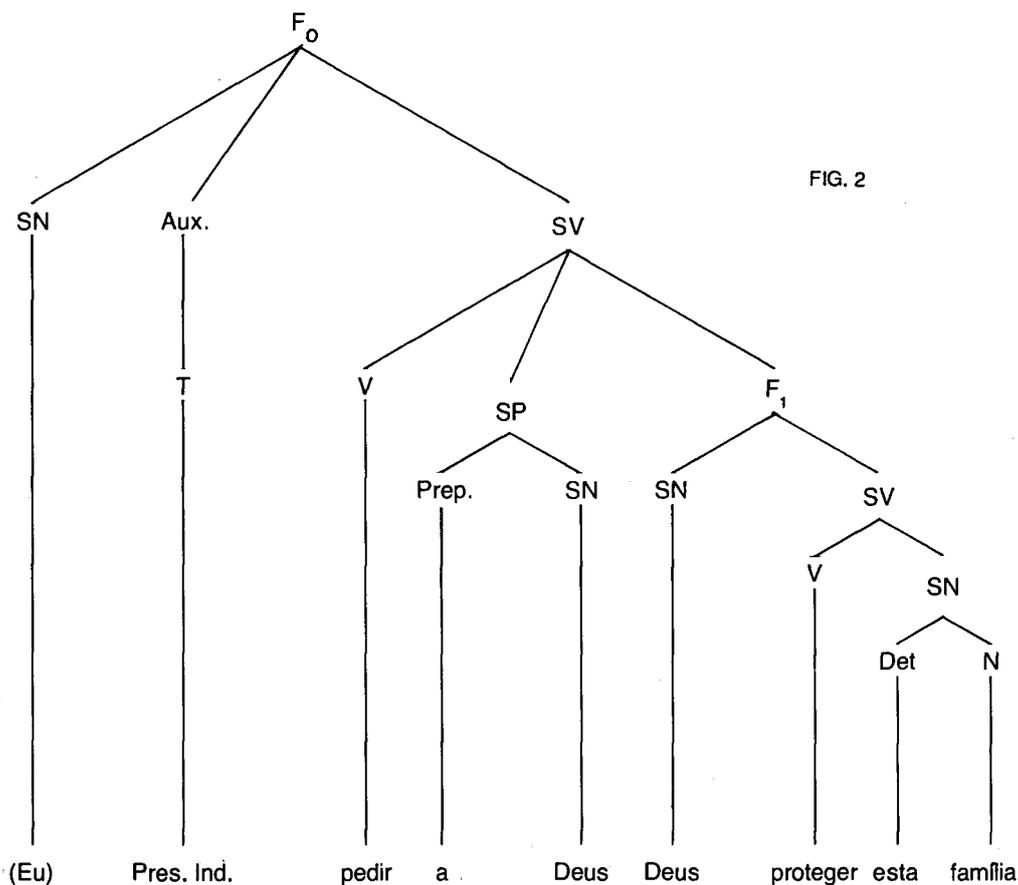
- "Which book did James buy?"
 – "Which book did Sue want James to buy?" (Cf. Kempson, 17, p. 107).

O que Chomsky sugeria é que, enquanto as regras de estrutura sintagmática captam um aspecto essencial das línguas naturais, elas só poderão captar fatos como os ilustrados acima, e muitos outros, em um nível mais abstrato chamado estrutura profunda, nível em que não permanece oculta nenhuma relação, em que todas as propriedades estruturais podem ser explicitadas. A aceitação deste nível mais abstrato de descrição, para fazer generalizações sobre a estrutura de uma frase, leva a requerer um meio de estabelecer a relação entre este nível, estrutura profunda, e a frase tal como é realizada. Tal relação é captada pelas regras transformacionais. Assim, para estabelecer a distinção entre as frases (14) e (15) quanto às relações entre sujeito e objeto, lança-se mão de um nível mais abstrato do que o da própria frase realizada, no qual as configurações sintagmáticas nos marcadores de frase vão apresentar traços estruturais distintos, conforme ilustram as Figuras 1 e 2, onde está estruturalmente especificado que o sujeito de *proteger* difere nos dois casos.

Se só esse nível permite captar tais diferenças, cabe então à gramática estabelecer a relação precisa entre esse nível estrutural e a frase realizada, o que é possível graças às regras transformacionais, que levam ao apagamento do sujeito de frase encaixada quando representado por SN equivalente que aparece na frase matriz.

Assim, de acordo com o modelo padrão, o nível de estrutura profunda é definido como aquele em que se estabelecem as relações de sujeito e objeto, as restrições do tipo transitivo vs. intransitivo, a formação das regras de estrutura sintagmática, o ponto de partida para as regras transformacionais; como também é o nível em que são inseridos os itens lexicais do vocabulário da língua. Em suma: é a estrutura profunda de cada frase que permite dar uma caracterização explícita de relações como sujeito e objeto e dar informação sobre as propriedades semânticas e sintáticas de cada item lexical da frase.



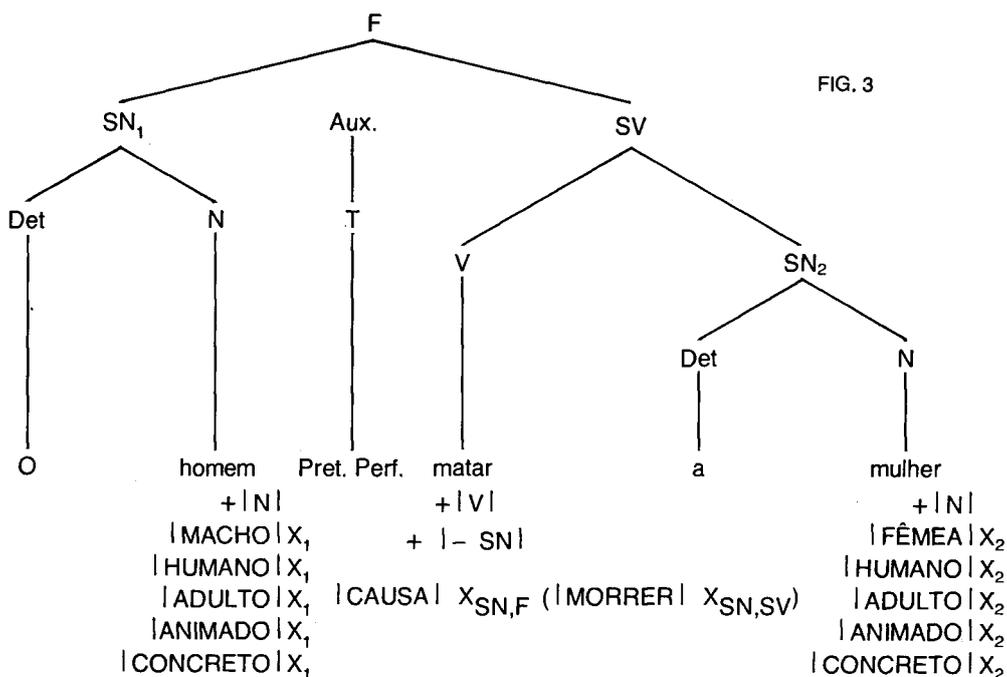


2.2. É de grande importância, nesta altura, assinalar o que o nível de estrutura profunda do modelo chomskiano não proporciona: ele não dá uma representação do significado da frase, mas apenas uma representação componencial do significado de cada item na frase (juntamente com os traços fonológicos e sintáticos) e uma análise sintática dessa frase. Alguns gerativistas pensaram em combinar essas duas fontes de informação para obter a representação semântica da frase, mas às vezes o fizeram de forma excessivamente grosseira ou simplista. Uma das formulações mais engenhosas parece-nos a de Bierwisch (1). O modo pelo qual o autor propõe que a relação entre o significado lexical e o significado da frase possa ser estabelecido envolve restrições das variáveis que fazem parte da representação semântica dos itens lexicais. Assim, ao invés de ser distinguida com as letras X e Y, a representação semântica de uma palavra como *matar*, por exemplo, deve estabelecer explicitamente que: (a) o sujeito profundo de *matar* deve ser interpretado como o indivíduo que é a causa do matar; (b) o objeto profundo de *matar* deve ser interpretado como o indivíduo que foi submetido à morte. Como a forma de indicar, no modelo padrão, as funções de sujeito e objeto é a relação estrutu-

ral [SN, F] e [SN, SV]*, respectivamente, Bierwisch sugere que as entradas lexicais correspondentes às variáveis X_1 e X_2 sejam indexadas com respeito às funções sintáticas requeridas (Cf. Bierwisch, 1, p. 163 e seqs.). Dessa forma, a entrada lexical para *matar* seria:

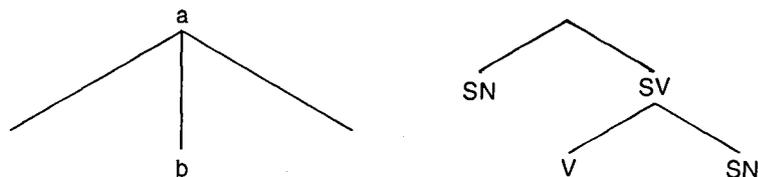
[CAUSA] $X_{SN,F}$ ([TORNAR] (- [VIVO] $X_{SN,SV}$))

Ainda como parte de sua estrutura profunda, cada SN tem uma matriz de traços que permite distingui-los entre si. Assim, a especificação da estrutura profunda da frase *O homem matou a mulher* seria como mostra a Figura 3:



Bierwisch sugere que uma regra semântica de interpretação, chamada "regra de projeção", executa então duas operações: (i) ela substitui a entrada lexical com as indicações sintáticas pelo índice de referência (matriz de traços); (ii) ela junta todos os complexos semânticos resultantes através de & (operador correspondente ao coordenativo e) para formar um conjunto não-ordenado. Por exemplo, o marcador de frase na figura acima é interpretado como:

* A transcrição de um símbolo na forma $|b, a|$ reporta-se a um nóculo b que é imediatamente dominado por a, como se observa nas configurações em árvore:



[MACHO]X₁ ε [HUMANO]X₁ ε [ADULTO]X₁ ε [ANIMADO]X₁ ε [CONCRETO]X₁ ε
 [FÊMEA]X₂ ε [HUMANO]X₂ ε [ADULTO]X₂ ε [ANIMADO]X₂ ε [CONCRETO]X₂ ε
 [CAUSA]X₁ ([MORRER]X₂).

Contudo, tal interpretação falha por ser incompleta em dois aspectos: primeiro, pela ausência de especificação dos determinadores dos argumentos e suas implicações quanto à referência; segundo, pela falta de indicação de tempo e/ou aspecto. Como decorrência, a interpretação acima tanto pode ser válida para a frase da Figura 3, como para as frases seguintes:

- (17) a. Um homem matou várias mulheres.
 b. Alguns homens matam mulheres.
 c. O homem está matando a mulher.

Em virtude disso, num trabalho posterior (Bierwisch, 2) o autor concentra-se nesses e noutros aspectos que dizem respeito à natureza dos elementos semânticos básicos, desenvolvendo mecanismos formais que levam à especificação dos traços de delimitação dos argumentos e à indicação das relações abstratas de tempo.

2.3. O aparato semântico com que Bierwisch provê a estrutura profunda está, sem dúvida, ligado à representação sintática, na medida em que o estabelecimento das propriedades semânticas de uma frase depende de noções sintáticas como *sujeito*, *objeto*, *sintagma nominal*. Em outros termos: o estabelecimento de propriedades semânticas de uma frase depende da análise preliminar da construção sintática dada no nível da estrutura profunda. Além disso, seguindo a colocação do modelo chomskiano de 1965, também aqui a semântica é tomada como um componente interpretativo, dependente das construções definidas pelas regras que descrevem as estruturas sintáticas. Voltamos, assim, ao problema da interdependência entre sintaxe e semântica, sendo que nesta visão a representação da estrutura semântica de uma frase depende apenas da informação fornecida pelo nível de estrutura profunda (sintática). Será plausível tal dependência?

Para argumentarmos com maior propriedade, tomemos o problema das restrições seletivas dos itens lexicais inseridos nas diversas posições da frase, conforme expusera Chomsky. Em 1965 ele propõe a colocação de condições apropriadas – a que dá o nome de *restrições seletivas* – para a inserção dos itens lexicais na estrutura profunda, a fim de poder explicar o desvio de frases do tipo:

- (18)? A verdade quebrou a janela.
 (19)? Meu irmão ficou grávido.
 (20)? As pedras têm bebês.

Chomsky sugere que as frases deste tipo não são frases bem formadas da língua e como tal devem ser excluídas do modelo de competência como agramaticais. Cabe às restrições seletivas determinar, por exemplo, para *quebrar* um nome da classe concreto como sujeito, para *ficar grávido* um nome da classe animado feminino como sujeito, e assim por diante.

Tal formulação não nos parece correta, pois não tem a generalização que seria de esperar. Basta observar que em outros contornos frásicos tais expressões podem aparecer como plenamente bem formadas, conforme atestam os seguintes exemplos:

- (21) Será que a verdade quebrou a janela?
 (22) Meu filho de três anos, ao ver a foto, perguntou se meu irmão ficou grávido.
 (23) Meu filho de quatro anos disse à empregada que as pedras têm bebês.
 (24) As pedras não têm bebês.

De modo geral, pode-se observar que: (i) em contornos interrogativos e/ou negativos são perfeitamente naturais (aceitáveis) certas coocorrências que seriam estranhas em frases declarativas (Cf. frases (21) e (24)); (ii) quando encaixadas como complementos de verbos do tipo *perguntar* e *dizer*, tais frases podem ter as restrições seletivas violadas sem causar estranheza à frase total em que ocorrem (Cf. frases (22) e (23)). Na realidade, a determinação de um sentido natural ou extravagante na frase é mais de natureza lógica e pragmática do que sintática. Pode-se dizer que as frases (18) e (20) são estranhas devido à impossibilidade do evento que elas retratam, ao passo que de (21) a (24) aquelas mesmas expressões se tornam naturais por estarem relacionadas quer ao modo de efetivação do ato de fala (frases (21) e (22)), quer aos pressupostos sobre o sistema de crenças do sujeito (frase (23)), quer aos critérios de verdade/falsidade (frase (24)).

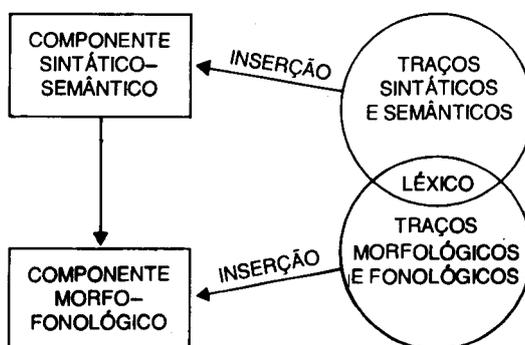
Tais evidências indicam que a proposta de Chomsky é inadequada: qualquer que seja a base desse tipo de restrição, não se trata de uma restrição de coocorrência dos verbos com os argumentos selecionados, antes depende de outros fatores.

2.4. Algumas considerações críticas merecem ser feitas com relação ao léxico como um dos componentes da estrutura de base da gramática. Sem dúvida, no modelo de 1965, a estrutura profunda é também o nível em que os itens lexicais se inserem de modo que as generalizações sintáticas na forma de regras de estrutura sintagmática e regras transformacionais dizem respeito tanto a itens lexicais complexos (grupos compostos, por exemplo) quanto a itens lexicais unitários (e às vezes morfemas), mas não a unidades mínimas tais como os componentes semânticos. Ora, como vimos em 2.2 ao analisarmos a proposta de Bierwisch, a entrada lexical para *matar* deveria ser ([TORNAR] (-[VIVO])), o que indica uma decomposição, na estrutura profunda, dos itens lexicais em componentes semânticos. Nesse caso, *matar* não seria um item inserido em estrutura profunda, mas possivelmente um elemento derivado e inserido em um nível mais próximo da estrutura de superfície. Com efeito, é relativamente grande o número de unidades lexicais da língua que possuem estrutura semântica bem complexa, sobretudo aquelas que se apresentam como verdadeiras condensações de predicções. Lembremos, a título de ilustração, nomes indicadores de agentes, como *vendedor*, *diretor*, *professor*, *condutor*, facilmente entendidos como “aquele que (vende, dirige...)”; nomes indicadores de lugar, como *bebedouro*, *dormitório*, *cuspidreira*, entendidos como “o lugar em que (se bebe, se dorme...)”; verbos que trazem embutidos um complemento, como *descascar* (“tirar a casca”), *tampar* (“pôr a tampa”), *enlatar* (“pôr em lata”), *ordenar* (“dar uma ordem”), *cobiçar* (“ter cobiça”); e assim por diante. Pode-se, pois, argumentar que deve haver regras de formação ou de transformação específicas na caracterização semântica dos itens lexicais e, por essa razão, a estrutura profunda, como ponto de partida para as regras transformacionais, não pode ser ao mesmo tempo o ponto em que são inseridos os itens lexicais como unidades sintáticas mínimas, antes deve corresponder a uma representação estrutural mais abstrata, próxima à representação semântica.

Colocado o problema da inserção lexical desse modo, pode parecer que questionamos a posição de Chomsky para ficarmos com uma das soluções correntes entre os chamados semanticistas gerativistas (p. ex., MacCawley, 23). Não é exatamente o caso, mesmo porque o objetivo até agora foi tomar como alvo de crítica o modelo dos *Aspectos*, obra em que a questão do tratamento do léxico está mal desenvolvida e pouco aprofundada. Poderíamos focalizar, entretanto, o trabalho de Chomsky de 1970, *Remarks on Nominalization*, em que ele desenvolve a *hipótese lexicalista*, e examinar a adequação dessa proposta para o tratamento dos itens lexicais numa gramática. Nesse estudo, Chomsky considera uma entrada lexical única, por

exemplo, para *recusar* e *recusa**, de modo que toda a informação relevante para ambas as palavras é armazenada em conjunto e também inserida em conjunto em qualquer estrutura frásica. Assim, sempre que um verbo apresenta uma forma nominalizada (do tipo *recusar* - *recusa*), as duas devem ser cobertas por uma única entrada lexical, que conteria pelo menos uma disjunção de traços: /nome/ ou /verbo/. De acordo com o traço escolhido, a forma fonológica será *recusar* ou *recusa*; se assim for, deve haver um modo de eliminar tanto /nome/ como /verbo/ da entrada lexical, daí suprimindo também uma das duas formas fonológicas (com suas peculiaridades morfológicas, sintáticas e semânticas), mas não há em sua proposta nenhuma previsão de tal mecanismo. Além do mais, não há, que saibamos, qualquer regra que faça distinção entre palavras que podem ser *tanto* nomes *como* verbos e palavras que podem ser apenas um ou outro.

A dificuldade em tratar adequadamente os problemas da inserção lexical provém, a nosso ver, da própria complexidade formal dos itens lexicais, como elementos que apresentam estrutura fonológica, morfológica, sintática e semântica. Enquanto, no modelo de 1965, Chomsky propunha que o léxico contido na gramática consistia em uma lista não ordenada de entradas lexicais, cada uma delas incluindo toda a informação fonológica, morfológica, sintática e semântica do item, já antes Katz e Fodor (15, p. 399) e Katz e Postal (16, p. 161) tinham considerado a possibilidade de dois léxicos separados, um para a informação sintática e semântica, o outro para a informação morfológica e fonológica**. Mas há ainda outra possibilidade de tratar o léxico como componente de uma gramática gerativa, indicada por Hudson (1976): tratá-lo como um léxico único que contém todos os traços lexicais, os quais são considerados em dois diferentes estágios na derivação. No primeiro estágio consideram-se apenas as propriedades sintáticas e semânticas; no segundo, as propriedades morfológicas e fonológicas. No tocante às regras de inserção lexical, cada regra deverá inserir apenas traços de um nível definido. Assim, uma regra inseriria traços sintáticos e semânticos compatíveis entre si e com o contexto da estrutura profunda em que são inseridos; a outra regra inseriria traços fonológicos e morfológicos compatíveis com os traços sintáticos e semânticos desse mesmo léxico na estrutura de superfície. Desse modo, a inserção lexical tem duas etapas: 1ª) no nível da estrutura profunda, estabelecem-se os traços sintáticos e semânticos; 2ª) no nível da estrutura de superfície, os nós terminais carregam os conjuntos de traços sintáticos e semânticos devidos tanto à primeira etapa como às transformações subseqüentes, devendo ser incluídos aqui os traços morfológicos e fonológicos. Essas etapas podem ser visualizadas no quadro abaixo:



* Estamos apenas dando um tradução paralela aos itens analisados por Chomsky (6, p. 21) *refuse* e *refusal*.
 ** Cf. também a extensa discussão sobre o tratamento desses autores, desenvolvida por Weinreich (26, p. 400 e segs.).

2.5. Enfim, nossos últimos comentários críticos ao modelo de *Aspectos* dizem respeito às limitações de uma estrutura profunda em que a sintaxe de relação (sujeito, predicado, objeto, etc.) praticamente não tem lugar, em face de toda a atenção dada à sintaxe de estrutura frásica (SN-V-SN). Note-se que a questão que estamos colocando é diferente da crítica formulada inicialmente por Fillmore (8, p. 361-5), segundo a qual o nível de estrutura profunda do modelo chomskiano não corresponde às exigências de generalidade e universalidade: trata-se, antes, de um modelo heterogêneo, onde noções sintáticas como 'Sujeito' e 'Objeto Direto' aparecem ao lado de noções semânticas como 'Tempo', 'Lugar', 'Modo', etc.* O que queremos ressaltar é que falta ao modelo de Chomsky uma análise da natureza relacional dos constituintes, sendo as frases geradas com o auxílio apenas de noções categoriais. A expressão de relações é deixada à associação ordinária dos símbolos das várias categorias na base; por exemplo, o sujeito vem expresso na forma [SN, F]. Chomsky não representa formalmente noções intrinsecamente relacionais, como as funções de sujeito, objeto, etc., argumentando que seriam redundantes e propiciariam confusão inútil com as noções categoriais expressas no Indicador Sintagmático (Cf. Chomsky, 5, p. 68-9). É de se perguntar, entretanto, se essas ou outro tipo de relações não simplificariam notavelmente a gramática, tornando mais direta a interpretação semântica. Que as classes relacionais têm papel importantíssimo na explicação de fatos gramaticais não pode deixar dúvidas: toda a sintaxe da subordinação ou complementação se fundamenta sobre as funções relacionais; toda a seleção deve partir do verbo – não do nome, como sustenta Chomsky – e, portanto, os outros constituintes da frase, selecionados conforme as regras de subcategorização do verbo, podem ser especificados tendo em conta as noções relacionais.

Especificamente, na sintaxe-semântica, as categorias de relação mostram grande importância: pense-se no papel das relações na gramática de casos de Fillmore, em que as próprias noções de 'relação' e 'caso' se confundem (Cf. Fillmore, 8, p. 363-5); ou na diferença semântica entre o sujeito e os complementos, inteiramente devida à natureza do verbo e à relação particular que ele estabelece com cada nome. Observe-se, por exemplo, que um grande número de verbos transitivos tem um componente causativo 'fazer', podendo ter também um componente evenencial 'acontecer', como demonstram as seqüências abaixo:

- (25) a. O garoto derrubou os livros e o irmão *fez* o mesmo.
 b. O garoto fez os livros caírem e o irmão *fez acontecer* o mesmo.
 c. (O que *fez* o garoto?) O garoto derrubou os livros.
 d. (O que *aconteceu* aos livros?) Os livros caíram.
- (26) a. O garoto quebrou a vidraça e o irmão *fez* o mesmo.
 b. O garoto fez a vidraça quebrar e o irmão *fez acontecer* o mesmo.
 c. (O que *fez* o garoto?) O garoto quebrou a vidraça.
 d. (O que *aconteceu* à vidraça?) A vidraça quebrou.

Há de se reconhecer que, se o verbo está marcado pelo componente 'causativo', o sujeito selecionado não será outro senão a pessoa ou agente que 'faz'; mas se é o componente eve-

* Fillmore ressaltava, notavelmente, que tais noções sintáticas têm um papel apenas secundário na caracterização das frases: a noção de sujeito, por exemplo, só intervém nas questões relativas à *colocação* dos constituintes na frase e à *concordância* gramatical do verbo em pessoa e número, ou seja, diz respeito de fato aos fenômenos próprios da estrutura de superfície. Além do mais, é impossível conferir às noções de Sujeito e Objeto qualquer pertinência semântica; em outras palavras: estas funções não têm um sentido *constante* (Cf. Fillmore, 8, p. 361-2).

nencial que está em primeiro plano, o sujeito será a entidade ou ser a que 'acontece' algo. As frases (25-d) e (26-d) apontam ainda para outro aspecto importante: enquanto uma ou outra forma verbal foi empregada em (25-d) exclusivamente com o sentido evenencial (*cair*), mas em correspondência com a forma causativa (*derrubar*), em (26) temos a mesma forma verbal (*quebrar*) com sentido causativo em primeiro plano em (26-c) e com sentido evenencial em primeiro plano em (26-d). Assim, a seleção deste ou daquele argumento como sujeito, em decorrência quer de traços de subcategorização ('transitivo'/'intransitivo') quer de traços componenciais ('causativo'/'evenencial') no verbo, é determinada pelas variadas possibilidades de relações do verbo com os nomes, em função do que se pode caracterizar a estrutura e interpretação semântica da frase.

3. CRIATIVIDADE, SINTAXE E UNIVERSALIDADE: QUESTÕES CONTROVERSAS

No que diz respeito ao significado da frase e sua representação semântica, os gerativistas têm partido, muitas vezes, de suposições gratuitas e asserções excessivamente simplistas. Isso talvez se deva à radicalização no tocante a alguns princípios, notadamente o da criatividade, o da centralidade da sintaxe e o do racionalismo universalista.

3.1. A ênfase na criatividade – a habilidade do falante de uma língua para produzir e compreender um conjunto potencialmente ilimitado de expressões ou frases novas – tem levado os gerativistas a descuidarem de aspectos importantes da linguagem humana. Embora a língua não possa ser reduzida a um inventário de expressões lingüísticas fixas ou padronizadas, sem dúvida não se pode negar que o estoque de tais expressões é um componente importante da língua. A gramática transformacional tem subestimado a prevalência e importância das expressões lingüísticas fixas ou semi-fixas, mas é possível em princípio sustentar que a língua delimita e canaliza o pensamento mesmo ao proporcionar um ilimitado conjunto de frases novas. A língua é uma mistura de liberdade produtiva e convenção não-produtiva, tendo a gramática gerativa enfatizado mais a liberdade que a convenção (Cf. Langacker, 19, p. 314).

3.2. A ênfase que os gramáticos transformacionalistas colocaram na sintaxe levou à virtual exclusão do léxico em seus interesses. Certamente alguns estudos e muitas observações sobre o léxico têm sido feitos por um ou outro lingüista da corrente gerativa*, mas o fato é que a teoria transformacional é basicamente uma teoria de sintaxe. É mesmo difícil encontrar na teoria gerativa alguma concepção do léxico, com base empírica e adequação descritiva, que o relacione com outros aspectos da gramática. Certamente as línguas diferem tanto no léxico como na sintaxe, e o léxico é precisamente o domínio em que a convenção predomina sobre a criatividade.

Esta preocupação com a sintaxe, porém, deve ser entendida como um interesse pelas representações formais abstratas das frases, antes que por suas formas superficiais; isso porque as representações subjacentes são mais uniformes do que as manifestações de superfície, além de estarem mais diretamente relacionadas com o significado da frase. A postulação de representações subjacentes, por sua vez, coloca o problema de sua universalidade, sua relação com o pensamento e a conceptualização e sua caracterização formal.

* De fato, são bem poucas as obras de maior fôlego devotadas ao estudo do léxico na corrente gerativista; entre elas destacam-se as de Gruber (11) e de Botha (3).

3.3. A forte predisposição racionalista e universalista do gerativismo tem levado os lingüistas desta corrente a minimizar as diferenças entre as línguas e a enfatizar seus pontos de similaridade. Mas é preciso convir que essa ênfase é resultante da própria atenção dada à estrutura profunda sintática, cujas representações abstratas são bem mais uniformes que as realizações de superfície. A forma da sintaxe, na medida em que relaciona sintagmaticamente símbolos categoriais, é tão geral que não chega mesmo a ser específica de qualquer língua. Os gerativistas comumente compartilham da hipótese de uma base universal, segundo a qual as estruturas básicas das frases de todas as línguas são idênticas e podem ser geradas por um pequeno conjunto universal de regras de estrutura sintagmática. Um possível candidato à base universal seria o conjunto de regras $F \rightarrow V + N(N) (N), N \rightarrow F, N \rightarrow x$, onde F representa Frase, V representa Verbo, N representa Nome e x um índice referencial. Os proponentes da chamada semântica gerativa chegaram à conclusão de que quanto mais altamente abstratas forem as estruturas básicas propostas, mais próximo chegariam das representações semânticas; daí o uso de uma terminologia mais geral e abstrata, como *argumento* (termo não-relacional), *predicado* (termo relacional) e *proposição* (combinação de argumento(s) e predicado) para reinterpretar a hipótese da base universal como uma hipótese de representações semânticas universais. Se acrescentamos a esses termos os quantificadores e os operadores lógicos, temos a lista completa do vocabulário requerido para as representações semânticas. Observe-se que esta não deixa de ser uma forma de sintaxe, embora mais abstrata, já que os termos se apresentam também em relações de concatenação e de hierarquia; há relação de concatenação entre argumento e predicado (cf. a mesma relação entre sujeito e verbo), como há relação hierárquica entre proposições (cf. a relação entre frase matriz e frase encaixada). Daí a justificação dos semantistas para não se estabelecer distinção entre estrutura profunda e representação semântica, renunciando assim à distinção entre sintaxe e semântica.

Mas há duas asserções relacionadas com a hipótese da base universal que são apontadas por Langacker (19, p. 318 e segs.) como incompatíveis: uma é a da 'exaustividade', a outra a da 'geratividade'. A primeira defende que um pequeno conjunto universal de regras de estrutura sintagmática é suficiente para caracterizar plenamente as estruturas básicas das frases que elas descrevem. A segunda diz que a própria gramática caracteriza completa e explicitamente essas frases, incluindo suas representações semânticas, e diferencia de algum modo as frases bem formadas das mal formadas. Se a asserção de exaustividade é feita no contexto de uma teoria em cujas regras de base são inseridos os itens lexicais, então ela é falsa, uma vez que as línguas diferem quanto ao léxico e têm um número enorme de itens lexicais, muitos deles sem a exata correspondência de uma língua para outra. Um pequeno conjunto universal de regras de base poderia gerar as estruturas de base até o nível dos itens lexicais, mas não poderia realizar a inserção lexical e, portanto, caracterizar as estruturas de base em sua totalidade. Mesmo no contexto da semântica gerativa, onde as árvores da base terminam em primitivos semânticos e não em itens lexicais, o conjunto de regras universais será suficiente para caracterizar as representações semânticas apenas até o nível dos primitivos semânticos, com a exclusão desse nível. Se a gramática deve ser gerativa, as regras de base devem ser então complementadas por outro conjunto de princípios capazes de especificar as estruturas particulares semanticamente bem formadas. Tais princípios devem equivaler, quanto ao efeito, a uma teoria da cognição; daí não ser pequeno o conjunto de regras requeridas, ainda que sejam universais.

4. ESTRUTURAS CONCEPTUAIS E REPRESENTAÇÕES SEMÂNTICAS

Certamente a faculdade de linguagem no homem tem estreita relação com sua capacidade de pensar, estando pois envolvida com todo o processo cognitivo humano. Por isso, na descrição semântica das frases da língua, devem ter real importância os princípios que caracterizam as estruturas cognitivas. Começemos com algumas definições. Langacker (19, p. 319 e segs.) refere-se à expressão "representação semântica" como uma estrutura bem abstrata da frase, lingüisticamente determinada, ou seja, a mais abstrata representação caracterizada por princípios lingüísticos quanto ao grau de significação. Por "estrutura conceptual" entende as estruturas manipuladas na cognição, sejam elas de natureza lingüística ou não-lingüística. Os princípios de cognição estabelecem limitações quanto às estruturas conceptuais que as pessoas podem formar e manipular. Se se postula que a cognição – ou estrutura conceptual – é essencialmente a mesma para os falantes de qualquer língua, não quer isso dizer que os falantes terão os mesmos pensamentos, mas apenas que as estruturas conceptuais têm o mesmo caráter geral para todos os falantes, são construídas a partir do mesmo inventário de conceitos primitivos, obedecem às mesmas restrições e são bem mais similares em conteúdo do que seria de esperar. Não obstante a imprecisão e a natureza controversa destas colocações, e embora não disponha de definições mais rigorosas e precisas, Langacker considera-as a base de importantes questões relacionadas à significação da frase.

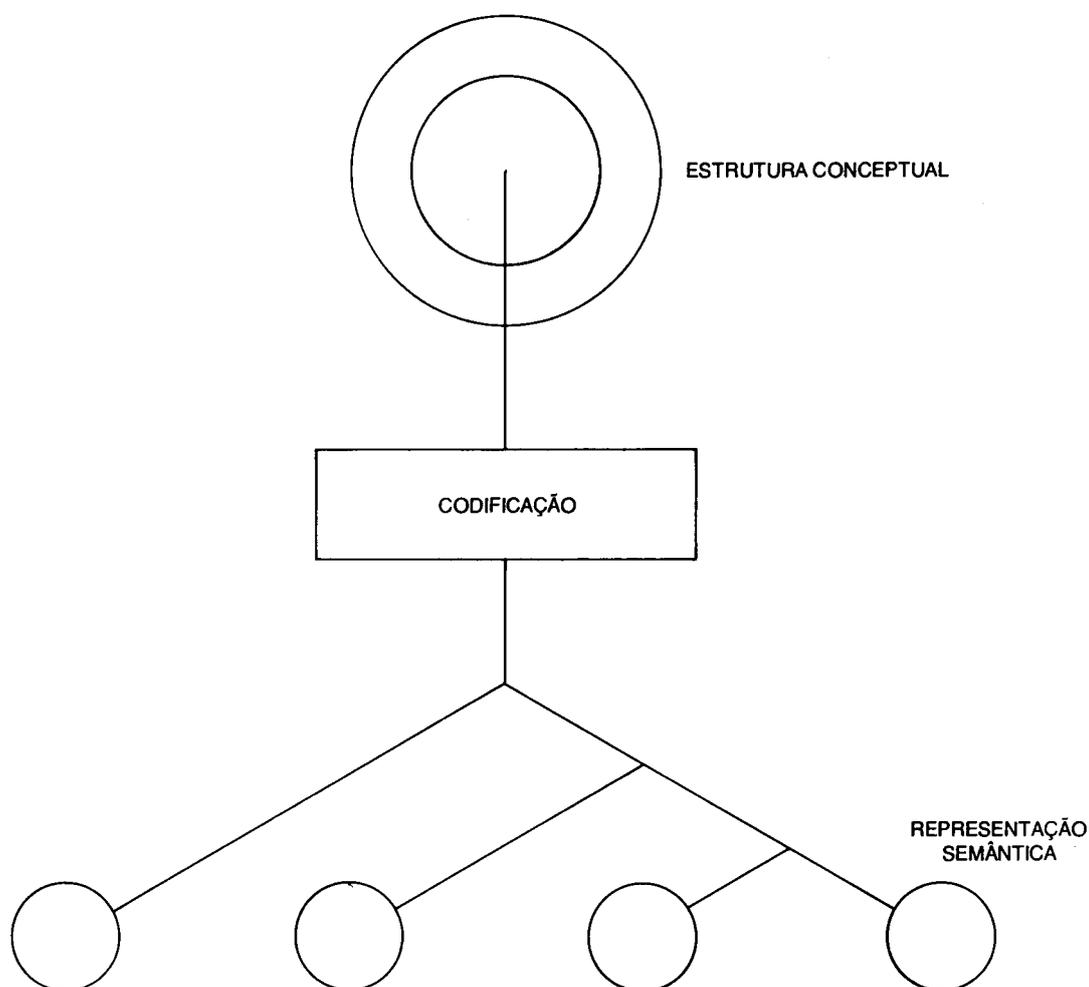
A primeira questão a colocar é se representações semânticas e estruturas conceptuais são a mesma coisa. Os semanticistas gerativistas comumente admitem, implícita ou explicitamente, que as estruturas conceptualmente manipuladas são as mesmas estruturas semânticas subjacentes à frase*. Para eles, as representações semânticas se identificam com as estruturas conceptuais na medida em que podemos exprimir lingüisticamente o que quer que concebamos, ainda que tal expressão possa ocasionalmente ser dificultosa, prolixa ou canhestra.

É necessário avaliar os riscos e conseqüências desta concepção, antes de uma tomada de posição diante do problema. Pode ser ou não verdade que possamos exprimir lingüisticamente o que quer que concebamos, mas mesmo admitindo que isso seja verdadeiro, não se segue daí necessariamente que haja absoluta correspondência entre representações semânticas e estruturas conceptuais, e, mesmo admitindo que haja, não se segue necessariamente que elas sejam idênticas na forma. Se assim for, chegaremos à peculiar conclusão de que a gramática, com todo o seu aparato de regras, é responsável pela descrição completa das estruturas cognitivas, ou seja, a gramática é uma teoria da cognição e não uma descrição explícita da língua.

Pode-se conceber, pois, que as estruturas conceptuais tenham características diferentes das estruturas requeridas para propósitos lingüísticos. É possível que a cognição em estado puro deva ser processada e moldada em formas especiais antes de se qualificar como representação semântica suscetível à operação de regras lingüísticas. Em outras palavras: para converter em termos lingüísticos uma situação concebida, o falante deve selecionar os aspectos pertinentes de suas estruturas conceptuais e lançá-los numa forma apropriada para operações lingüísticas. Este processo pode ser chamado de "codificação". A ilustração desse processo é dada na figura a seguir, tomada de Langacker (19, p. 323).

Certamente, tal idéia não constitui novidade no âmbito da lingüística contemporânea: é bem conhecida a metáfora de que se serve Hjelmslev (13, p. 57) para explicar as diferentes formas de estruturação que línguas como o dinamarquês, o inglês, o francês, o finlandês e o esquimó dão ao sentido expresso em português pela frase *Eu não sei*. O trecho é digno de transcrição:

* Especialmente os trabalhos de George Lakoff e de James McCawley são exemplo claro de tal concepção.



"Cada uma dessas línguas estabelece suas fronteiras na 'massa amorfa do pensamento' ao enfatizar valores diferentes numa ordem diferente, coloca o centro de gravidade diferentemente e dá aos centros de gravidade um destaque diferente. É como os grãos de areia que provêm de uma mesma mão e que formam desenhos diferentes, ou ainda como a nuvem no céu que, aos olhos de Hamlet, muda de forma de minuto a minuto. Assim como os mesmos grãos de areia podem formar desenhos dessemelhantes e a mesma nuvem pode assumir constantemente formas novas, do mesmo modo é o mesmo sentido que se forma ou se estrutura diferentemente em diferentes línguas. São apenas as funções da língua, a função semiótica e aquelas que dela decorrem, que determinam sua forma. O sentido se torna, a cada vez, substância de uma nova forma e não tem outra existência possível além da de ser substância de uma forma qualquer".

O comentário de Hjelmslev sobre a relação entre forma do conteúdo (estrutura semântica lingüisticamente definida) e substância do conteúdo (estruturas conceptuais) se aplica também ao fato de o mesmo sentido poder assumir, em cada língua particular, formas diferentes (Cf. em português *Eu não sei/Eu ignoro/Desconheço*). De qualquer modo, a forma corresponde ao sistema lingüístico, que projeta uma organização nos aspectos selecionados da realidade externa (substância), os quais são chamados de zona de sentido. Com relação às frases individuais, a zona de sentido é equivalente ao círculo menor da figura anterior. A seguinte metáfora de Hjelmslev explica bem esses conceitos:

"... é em razão da forma do conteúdo e da forma da expressão, e apenas em razão delas, que existem a substância do conteúdo e a substância da expressão, que surgem quando se projeta a forma sobre o sentido, tal como um fio esticado projeta sua sombra sobre uma superfície contínua" (Hjelmslev, 13, p. 61).

O sistema lingüístico impõe uma organização no nível conceptual, na medida em que os esquemas gramatical e lexical de uma língua facilitam a expressão de certos conceitos (por exemplo, aqueles para os quais existem itens lexicais) e determinam a forma em que as estruturas conceptuais devem ser lançadas na manifestação lingüística. Assim, a língua categoriza deste ou daquele modo as conceptualizações para propósitos de expressão, mas não restringe ou determina a conceptualização de modo absoluto.

5. BALANÇO FINAL: A "PERSPECTIVA" NA ESTRUTURAÇÃO DA FRASE

Nos tópicos precedentes, procuramos analisar, o mais criticamente possível, algumas das concepções correntes que subjazem, de modo implícito ou explícito, aos atuais estudos da frase. Com certeza uma crítica não define uma posição, ou melhor, define-a negativamente, ao mesmo tempo que insinua algumas alternativas possíveis. Nossa intenção, neste tópico, é retomar sinteticamente as questões levantadas para firmar posições.

Uma das disputas mais acrimoniosas dos fins da década de 60 e da década passada, entre os gerativistas, envolveu basicamente três aspectos lingüísticos intimamente relacionados: o estatuto teórico da estrutura profunda, o componente básico da gramática (sintático ou semântico?) e o papel do léxico na formação da frase. Nosso propósito neste trabalho foi examinar a extensão desses aspectos e as conseqüências descritivas que a adoção desta ou daquela perspectiva pode acarretar.

A estrutura profunda foi originalmente concebida como um nível destinado a refletir as regularidades sintáticas que presidem à geração das frases. Com a inclusão dos itens lexicais na estrutura profunda, que são inseridos simultaneamente nos nós terminais dos "esqueletos de árvores" em correspondência às especificações de traços, tem-se um nível que serve de entrada tanto à operação das regras transformacionais (obtendo-se as estruturas de superfície) como às regras de interpretação semântica (dando as representações semânticas). Daí dizer-se que esta é uma gramática centralizada na sintaxe, premissa básica dos gerativistas seguidores de Chomsky.

Já os semanticistas gerativistas, ao abordarem o problema da inserção lexical, vão esforçar-se por demonstrar que as estruturas subjacentes às frases de superfície são verdadeiras *representações semânticas*. Seu argumento principal: certos itens se comportam na superfície como unidades complexas, tanto do ponto de vista sintático (possibilidades transformacionais, por exemplo) como do ponto de vista semântico (ambigüidade, por exemplo); conseqüente-

mente, eles mesmos provêm de estruturas complexas e somente *transformações pré-lexicais* são capazes de fazer um elemento de superfície único corresponder a um complexo de elementos semânticos subjacentes (Cf. Postal, 24 e McCawley, 23). Assim, a presença de transformações anteriores à inserção lexical destrói a noção de uma estrutura profunda que serve de ponto de partida à operação de regras transformacionais e, além do mais, a presença de elementos semânticos em estrutura subjacente favorece a adoção de uma base de natureza semântica.

Entre as críticas esboçadas no tópico 2 ao modelo chomskiano, centralizado na sintaxe, apontamos a possível falta de generalização que se requer de uma teoria. Mas o próprio Chomsky, no capítulo IV de *Aspectos*, reconhecia a falta de mecanismos para estabelecer certas relações de significado de acordo com o modelo proposto. Ele admitia a necessidade de uma noção mais abstrata de função e relação gramatical do que a que acabara de desenvolver, e que pudesse explicar a relação de significado entre pares de frases como os de (27) a (30).

- (27) a. João parece-me orgulhoso.
b. Eu considero João orgulhoso.
- (28) a. Eu gostei do filme.
b. O filme me agradou.
- (29) a. João comprou o livro de Bento.
b. Bento vendeu o livro a João.
- (30) a. João esbofetou Bento.
b. Bento recebeu umas bofetadas de João.*

Não há dúvida de que tais frases compreendem uma variedade de paráfrases, mas a relação entre cada par não é expressa em termos transformacionais. As noções funcionais também se revelam insuficientes para explicar tais relações de significado. Daí concluir Chomsky que “além das noções de estrutura da superfície (tais como ‘sujeito gramatical’) e estrutura profunda (tais como ‘sujeito lógico’), há alguma noção ainda mais abstrata de ‘função semântica’ ainda inexplicada” (5, p. 162-3).

É exatamente no sentido de maior poder de generalização que alguns gerativistas começam por postular a semântica como componente básico da gramática. Observe-se que um dos argumentos de Chafe em favor de um modelo de base semântica se assenta em sua capacidade de explicar o *uso* da língua. Passemos-lhe a palavra:

“É obviamente muito mais fácil explicar o *uso* da língua como base no modelo semântico. Quando usamos a língua, começamos com algo que temos a dizer – com significados. Se vamos comunicar estes significados, eles devem ser estruturados de um modo que se conforme à estrutura semântica de nossa língua. A língua então passa a dar-nos um modo de converter esta estrutura semântica em som. É evidente que o modelo sintaticista não tem nada a ver diretamente com o uso da língua. Por essa razão seus defensores foram forçados a usar como uma racionalização a distinção entre *atuação* e *competência*, entre o que acontece quando a

* Procuramos dar em português construções bastante aproximadas às do inglês referidas por Chomsky (5, p. 162), que são:

i: John strikes me as pompous – I regard John as pompous.

ii: I liked the play – The play pleased me.

iii: John bought the book from Bill – Bill sold the book to John.

iv: John struck Bill – Bill received a blow at the hands of John.

língua é usada e o sistema subjacente do qual se faz uso. Está tudo muito bem – eu não pretendo negar a validade da distinção competência-atuação, e vejo o modelo aqui defendido como igualmente de competência. Mas uma teoria da competência deve ter uma relação com o uso da língua, e não há razão para supor que é uma virtude para esta relação ser tão obscura quanto possível. Ao contrário, se tudo mais for igual, uma teoria da competência que está mais proximamente relacionada à atuação é preferível àquela que está mais distantemente relacionada” (Chafe, 4, p. 66).

Assim, parece haver, de um lado, necessidade de noções mais abstratas, de natureza semântica, que expliquem certas relações de significado entre os termos de uma variedade de paráfrases que o modelo sintático não consegue explicar; de outro lado, as significações a serem comunicadas devem ser estruturadas de modo a conformar-se à estrutura semântica e ao uso da língua. A questão que se coloca é esta: será suficiente estabelecer uma base semântica para explicar a estrutura de toda e qualquer frase da língua e a relação entre frases de significação próxima ou poderá pensar-se numa outra hipótese?

Voltamos assim ao problema da natureza da estrutura profunda. Certamente, a distinção entre estrutura de superfície e estrutura profunda – qualquer que seja a natureza desta última – deve ser aceita em qualquer estudo de descrição gramatical, gerativo-transformacional ou não. Uma hipótese plausível de ser pensada é que a estrutura profunda é um complexo de estratos, de natureza pragmática, semântica e sintática, correlacionados a outro complexo de estratos na estrutura de superfície, de caráter morfo-fonológico e linear.

Não há, pois, como sustentar uma nítida demarcação entre sintaxe e semântica, ou considerar o estudo de uma subseqüentemente ao estudo de outra. Philip Tartaglia, depois de apresentar como meta de uma teoria completa das línguas naturais a explicação do mecanismo pelo qual os falantes de uma língua são capazes de produzir e compreender as elocuições com significação, estabelece que a meta da semântica, em particular, é continuar a explicação dessa capacidade do falante a partir do ponto em que a gramática pára (Cf. Tartaglia, 25, p. 137 e segs.). Fica a impressão de existência de uma rígida fronteira entre sintaxe e semântica, como se a estruturação gramatical desencadeasse a significação... Ora, a produção ou compreensão do significado não se dá após a estruturação gramatical; no plano da elocução, significação e estruturação gramatical operam conjunta e simultaneamente. Mas se há algum sentido de direcionalidade anterior à elocução realizada, esse nos parece que vai do significado ao som, uma vez que o falante sabe o que quer dizer antes de dizê-lo; como afirma Chafe, “o falante cria uma estrutura semântica e a converte em som” (4, p. 59). Não nos parece válida a afirmação de que outra seria a direcionalidade se se tomasse a perspectiva do ouvinte. Como argumenta o mesmo Chafe, “o ouvinte não cria uma estrutura fonética e converte-a em significado. Normalmente o ouvinte assume que o som que ele ouve tem um significado subjacente, anteriormente produzido pelo falante” (4, p. 59).

Tal questão, entretanto, não se encerra aí. Vimos, no tópico anterior (Estruturas conceptuais e Representações semânticas), que se deve estabelecer distinção entre estrutura conceptual e representação semântica, já que não existe estrita correspondência entre uma e outra. O papel da ‘codificação’ é exatamente selecionar uma determinada perspectiva da conceptualização e dar-lhe uma expressão lingüística. Normalmente não aparece expressa a totalidade da conceptualização do falante ou, em outros termos, o conteúdo do pensamento não se restringe ao conteúdo da frase que expressa o pensamento. Como ilustração deste aspecto, vamos servir-nos da noção de “perspectiva” que norteia a estruturação de uma frase, tal como argumenta e exemplifica Fillmore (9, p. 25 e segs.; 10, p. 72 e segs.). Para ele, “os significados são relacio-

nados a cenas”, ou seja, as pessoas associam certas *cenas* com certas *formas* semânticas, entendendo-se *cena* num sentido tão amplo que abrange não apenas o visual, mas também os tipos comuns de transações interpessoais, cenários-padrão definidos pela cultura, estruturas institucionais, experiências ocorridas, imagem do corpo e, em geral, crenças, ações, sentimentos e imaginação. A estruturação de uma frase não compreende a descrição de todos os aspectos relevantes de uma situação ou cena, mas apenas uma peça ou seção particular da situação, ou seja, apenas certos elementos ou entidades da cena é que são postos “em perspectiva” na estruturação da frase.

Um exemplo de forma cognitiva é o domínio semântico relacionado a um tipo-padrão de evento comercial. Tal evento tem a forma de um cenário em que se podem identificar o comprador, o vendedor, a mercadoria e o dinheiro, bem como toda a seqüência de atos (e pressupostos) envolvendo o papel de cada um. Qualquer uma das muitas palavras portuguesas que se relacionam a este quadro é capaz de dar acesso ao quadro total. Assim, todo o cenário comercial é “ativado” na mente de qualquer falante do português que ouve uma das palavras *comprar, vender, pagar, custar, gastar, preço, barato, caro*, etc., mesmo que cada uma destas ponha em primeiro plano apenas parte do quadro. Digamos que cada uma destas palavras traz consigo simultaneamente um conjunto e a peça desse conjunto para a qual a palavra aponta. Um evento comercial típico envolve tanto vendedor e comprador como mercadoria e dinheiro, mas qualquer frase que construímos falando sobre tal evento impõe que escolhamos uma perspectiva particular do quadro. Assim, qualquer verbo que identifique algum aspecto particular do evento comercial nos obrigará a trazer uma ou mais entidades em perspectiva, correspondendo em português à escolha das entidades que serão selecionadas para as funções gramaticais de sujeito e objeto direto. Por exemplo, se desejamos tomar a perspectiva do vendedor e a mercadoria, empregamos o verbo *vender* (“João vende livros”); se devêssemos tomar a perspectiva do comprador e o dinheiro, usaríamos o verbo *gastar* (“Paulo gastou cem cruzados”); se quiséssemos trazer em perspectiva tanto o comprador e o dinheiro como o comprador e o vendedor, usaríamos o verbo *pagar* (“Paulo pagou cem cruzados a João”); se desejássemos tomar a perspectiva da mercadoria e o dinheiro, empregariamos o verbo *custar* (“O livro custou cem cruzados”). Certamente, a ativação de outras funções gramaticais em tais predicados expandirá o número de argumentos, com conseqüente ampliação do cenário: “João vendeu a Paulo um livro por cem cruzados”; “Paulo pagou cem cruzados a João pelo livro”; “O livro custou cem cruzados a Paulo naquela livraria”; etc.

O importante a ressaltar é que diferentes perspectivas de uma mesma cena determinaram *formas* frasais diversas. Estamos aplicando o termo *forma* a qualquer tipo de seleção lingüística – desde o conjunto de palavras até a escolha das regras gramaticais e categorias morfofuncionais – que pode ser associada às instâncias prototípicas de cenas. Quando se usa um dos verbos relativos ao evento comercial, a cena inteira desse evento é “ativada” em nossa mente, mas o verbo particular escolhido impõe a esta cena uma perspectiva particular, de tal modo que este nome assume tal papel e função, aquele assume outros, diversamente dos papéis e funções que assumiriam com outro verbo particular. Assim, para produzir ou para compreender uma frase, é preciso saber o significado de suas palavras constituintes, as propriedades combinatórias dessas palavras, os princípios sintáticos de construção da frase e é preciso ser sensível ao modo pelo qual a informação está sendo transmitida.

Desse modo, pode-se dizer que elementos lexicais, sintáticos e pragmáticos se amalgamam todos numa perspectiva única, que é a da significação.

ARRAIS, T. C. – Notes for the study of sentence structure. *Aifa*, São Paulo, 32: 25-46, 1988.

ABSTRACT: *This paper outlines a criticism on the current conceptions of the sentence structure studies, pointing to the difficulties of delimitation of the components, the inadequacies of structural levels and the controversies about questions such as creativity, centrality of syntax and universality. The identification of the conceptual structures with the semantic representations is put aside, underlining the role of codification for the determination of form in which the conceptual structures have to be decoded in the linguistic manifestation. In fact, what stands out is the "perspective" of the sentence structure and semantics as the basic component of grammar.*

KEY-WORDS: *Phonological, syntactic and semantic components; pragmatics; deep structure; surface structure; transitivity; subject; object; semantic features; selection restrictions; lexical insertion; creativity; universality; semantic representation; conceptual structure; codification.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BIERWISCH, M. – On certain problems of semantic representations. *Foundations of Language*. Dordrecht, Holland/Boston, U.S.A. Reidel, 1969. v. 5, p. 153-84.
2. BIERWISCH, M. – On classifying semantic features. In: STEINBERG, D. & JAKOBOVITS, L. eds. – *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971. p. 410-35.
3. BOTHA, R. – *The Function of Lexicon in Transformational Generative Grammar*. The Hague/Paris, Mouton, 1968.
4. CHAFE, W. – *Meaning and the Structure of Language*. Chicago, The University of Chicago Press, 1970.
5. CHOMSKY, N. – *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MIT Press, 1965.
6. CHOMSKY, N. – Remarks on nominalization. In: *Studies on Semantics in Generative Grammar*. The Hague/Paris, Mouton, 1972. p. 11-61.
7. CLARK, H. – Word associations and linguistic theory. In: LYONS, ed., *New Horizons in Linguistics*. Middlesex, Penguin Books, 1970. p. 271-86.
8. FILLMORE, C. – Toward a modern theory of case. In: REIBEL, D. & SCHANE, S. eds. – *Modern Studies in English: Readings in Transformational Grammar*. Englewood Cliffs (New Jersey), Prentice – Hall, 1969. p. 361-75.
9. FILLMORE, C. – Frame semantics and the nature of language. *Annals of the New York Academy of Sciences* (Conference on the origin and development of language and speech), 1976.
10. FILLMORE, C. – The case for case reopened. In: COLE, P. & SADOCK, J. eds. – *Syntax and Semantics: Grammatical Relations*. New York, Academic Press, 1977. v.8, p. 59-81.
11. GRUBER, J. – *Lexical Structures in Syntax and Semantics*. Amsterdam, North – Holland Publ., 1976.
12. HARMAN, D. – Deep structure as logical form. In: DAVIDSON & HARMANN, eds. – *Semantics of Natural Language*. Dordrecht, Holland, Reidel, 1972. p. 25-47.
13. HJELMSLEV, L. – *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. de J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo, Perspectiva, 1975 (1961).
14. JOHNSON-LAIRD, P. – The perception and memory of sentences. In: LYONS, J. ed. – *New Horizons in Linguistics*. Middlesex, Penguin Books, 1970. p. 261-70.
15. KATZ, J. & FODOR, J. – The structure of a semantic theory. *Language*, 39(2): 170-210, 1963.
16. KATZ, J. & POSTAL, P. – *An Integrated Theory of Linguistic Descriptions*. Cambridge, The MIT Press, 1964.
17. KEMPSON, R. – *Semantic Theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

Aifa, São Paulo, 32: 25-46, 1988.

18. LAKOFF, G. – On generative semantics. In: STEINBERG & JAKOBOVITS eds. – *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971. p. 232-96.
19. LANGACKER, R. – Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis. *Foundations of Language: International Journal of Language and Philosophy*, 14: 307-57, 1976.
20. LÓPEZ GARCÍA, A. – *Elementos de semántica dinámica*. *Semántica española*. Zaragoza, Pórtico, 1977.
21. LYONS, J. – *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
22. McCAWLEY, J. – A program for Logic. In: DAVIDSON & HARMAN. eds. – *Semantics of Natural Language*, Dordrecht, Holland, Reidel, 1972. p. 498-544.
23. McCAWLEY, J. – Lexical insertion in a transformational grammar without deep structure. In: DARDEN, B. et alii, eds. – *Papers from the Fourth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago, University of Chicago, 1968. p. 71-80.
24. POSTAL, P. – *Cross - over Phenomena (Specification and Utilization of a Transformational Grammar, Report No. 3)*, Yorktown Heights, IBM Research Center, 1968.
25. TARTAGLIA, P. – *Problems in the Construction of a Theory of Natural Language*. The Hague/Paris, Mouton, 1972.
26. WEINREICH, U. – Explorations in semantic theory. In: SEBEEK, T., ed. – *Current Trends in Linguistics*. The Hague/Paris, Mouton, 1970. v.3, p. 395-477.